CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA
中国-巴西企业家委员会

CARTA DA CHINA

Ano 6 | Nº 48 | 13 de julho de 2009

Nesta edição

- Conferência Internacional discute influência da China na América Latina Pág.01
- Presidente Lula vai à China em importante missão para aproximação dos dois países Pág.03
- *Dragonomics:* Henan: Estórias do interior Pág.04
- Eficiência energética: avanços e retrocessos? Pág.08
- Mudança nos mercados e temor de avanço chinês fazem Rio Tinto rejeitar acordo com Chinalco Pág.11
- Porque os chineses poupam? Pág.12

Curtas

- Superoferta de aço internacional obriga Camex a aumentar alíquotas sobre produtos siderúrgicos Pág.15
- Empresa brasileira de TI abre laboratório de *softwares* na China Pág.15
- Regulação de CBRC permitirá que financeiras forneçam crédito para consumo Pág.15

Veja demais curtas

Conferência Internacional discute influência da China na América Latina e a necessidade de reformular estratégias para lidar com o novo parceiro

Em 30 de junho de 2009 foi realizada 3ª Conferência Internacional do Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC), tendo como tema central Presença da China na América Latina. Especialistas e representantes do governo analisaram importância do país asiático para as empresas brasileiras, identificaram oportunidades de parcerias, apontaram setores estratégicos e destacaram necessidade de intensificar relacionamento entre a China e a região. Segundo os palestrantes, ao contrário do que é observado na China, ainda não existe estratégia clara dos países latino-americanos para o país asiático, o que resulta em desperdício de diversas oportunidades. "É fundamental incluir a China no planejamento corporativo, a fim de melhor compreender mudanças decorrentes da ascensão do país asiático no cenário internacional, bem como suas implicações ao empresariado brasileiro", comentou Rodrigo Tavares Maciel, secretário executivo do CEBC.

Tanto representantes do governo brasileiro como chinês reafirmaram necessidade de aproximar ainda mais os países e sua disponibilidade em tornar isso possível. Qiu Xiaoqi, embaixador da República Popular da China no Brasil, afirmou que desde 1974, quando os países estabeleceram relações diplomáticas o comércio bilateral saltou 3.000%, de cerca de US$ 17 milhões para US$ 42 bilhões em 2008. Segundo o embaixador, uma vez que as economias são complementares é fundamental manter tendência de aprofundamento da cooperação para que os desafios sejam transformados em oportunidades. Já para Ivan Ramalho, secretário executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), o Brasil não deve manter-se exclusivamente como fornecedor de produtos básicos à China, uma vez que existem muitas oportunidades à diversificação da pauta brasileira no mercado chinês.

O primeiro painel analisou o tipo de influência que a China exerce sobre a América Latina, o crescente interesse político-econômico chinês na região e a necessidade de redirecionamento das políticas dos países latino-americanos em razão da ascensão chinesa. David Shambaugh, professor da George Washington University, alertou que a América Latina está mal preparada para enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades oferecidas pela expansão chinesa. Os países da região precisam desenvolver uma estratégia para lidar com a presença da China e também estimular disseminação e geração de conteúdo sobre o país asiático.

Já o economista sênior do Banco Mundial Daniel Lederman, afirmou que países latino-americanos precisam rever suas prioridades e estratégias de desenvolvimento, investindo em educação, pesquisa, desenvolvimento e, em níveis diferentes, reorganização industrial. China e Índia superaram os países latino-americanos ao início do século em número de registro de patentes, contrariando tendência histórica, o que reforça a necessidade de repensar políticas. Em outras palavras, para Lederman é preciso priorizar vantagem competitiva em setores que, até então, não configuravam entre as prioridades governamentais e privadas da América Latina. Outro alerta do economista foi que a contribuição chinesa ao comércio da região tem sido mais benéfica do que negativa e, portanto, as oportunidades que a ascensão da China oferece para a América Latina são superiores às alegadas ameaças.

Em palestra sobre ascensão chinesa no cenário internacional como nova potência mundial, Riordan Roett, diretor do Programa de Estudos sobre América Latina da The Johns Hopkins Paul H. Nitze School of Advanced International Studies (SAIS), constatou que, por ter sido iniciada em países desenvolvidos, a crise traz oportunidade de projeção a economias emergentes em foros multilaterais de negociação, sobretudo, financeiros. Nesse sentido, excluir Brasil, China e Índia de negociações internacionais será tornar intangível qualquer decisão. Aos poucos, será inevitável que estes países ganhem maior representatividade em organismos internacionais e, tal processo, por necessariamente implicar em perda de representatividade de outros, é um grande desafio geopolítico global.

O segundo painel abordou os impactos da China no comércio da América Latina e contou com a participação do professor de desenvolvimento econômico da School of Development Studies da University of East Aglia, Rhys Jenkins, e Jiang Shixue, vice-presidente da Associação de Estudos sobre América Latina da Academia Chinesa de Ciências Sociais. De acordo com estatísticas apresentadas por Jenkins, com a intensificação do comércio entre China e EUA observada nos últimos anos, o Brasil perdeu 4,1% de participação no mercado norte-americano de 1996 a 2001. Neste período, o Paraguai registrou a maior perda dentre os países latino-americanos, de 6,9%. De 2001 a 2006, por sua vez, a perda de participação brasileira foi de 7,7%.

O professor Jiang, por sua vez, reforçou a necessidade de estimular maior conhecimento entre os países para que o ambiente de negócios seja aprimorado, bem como melhorar o ambiente para investimentos no Brasil. “Se o Brasil deseja que as promessas de investimentos chineses se concretizem, será necessário que haja mudanças significativas de forma a assegurar que episódios como o da Baosteel não se repitam”, afirmou o palestrante, criticando a suspensão pelo governo brasileiro da licença concedida ao projeto da Baosteel no Brasil em parceria com a Vale.

O terceiro painel reuniu os principais economistas brasileiros, Octavio de Barros, diretor de Pesquisas Econômicas do Banco Bradesco, e Ilan Goldfajn, economista-chefe do Banco Itaú-Unibanco, que debateram a importância da ascensão chinesa para crescimento da economia brasileira. As exportações do Brasil para a China de bens primários manterão tendência de crescimento no futuro, de acordo com Octavio de Barros, mas é preciso diversificar esta pauta, altamente concentrada em soja e minério de ferro.

Segundo Ilan Goldfajn, o Brasil encontrou na China sua cara-metade em termos de mercado consumidor com potencial de substituir o norte-americano. No

entanto, para que o casamento seja bem sucedido é necessário também estimular o fluxo de investimentos bilateral, o que é facilitado pelo fato de os dois países terem passado a investir no exterior em volumes significativos somente recentemente. Os investimentos são, de acordo com Goldfajn, a saída aos impactos negativos da crise internacional em ambos os países, no entanto, China e Brasil detêm capacidades bem distintas de financiar tais investimentos. Enquanto, a poupança chinesa é de aproximadamente 50% do PIB, no Brasil é de apenas 18%.

Foi consenso entre todos os participantes que desconhecimento entre China e América Latina é grande e limita incremento do comércio e de fluxo de investimentos. Ainda assim, nos últimos meses houve avanço ao menos no relacionamento sino-brasileiro. Fluxo de comércio e de investimentos está mudando postura do governo brasileiro e forçando elaboração de estratégia para a China. Os próximos passos nesse sentido devem contemplar papel mais pró-ativo do governo brasileiro, com criação de forças-tarefa e grupos de trabalhos dos quais participem empresas, ONG's, governo e *think tanks* para identificar as necessidades brasileiras neste relacionamento. A China tem desempenhado papel cada vez mais relevante na economia mundial, em especial, na economia brasileira e, portanto, é essencial coordenação de políticas internas para que novas oportunidades não sejam desperdiçadas. ■

Relacionamento bilateral

Presidente Lula vai à China em importante missão para aproximação dos dois países

O presidente Luis Inácio Lula da Silva realizou sua terceira visita oficial à China, em maio de 2009, acompanhado por delegação empresarial. A agenda teve foco político, porém mostrou-se proveitosa também do ponto de vista comercial, uma vez que acordos em setores estratégicos, como energia, mineração e alimentos, foram firmados. Os presidentes Lula e Hu Jintao demonstraram ter interesses políticos em comum e se comprometeram a fortalecer o papel do G-20 no cenário internacional.

A missão foi, portanto, essencial para reaproximar os dois governos e, assim, trazer mais oportunidades de negócios para o setor privado brasileiro, além de atrair investimentos chineses para o Brasil. Em seu discurso à imprensa, Hu Jintao destacou a importância da troca de visitas, além de projetos brasileiros de aproximação entre os países como a Agenda China. Elaborada em 2008 pelo Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC), Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Ministério das Relações Internacionais (MRE), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e a Agência Brasileira de Promoção a Exportação e Investimentos (APEX), a Agenda China busca diversificar e ampliar pauta exportadora do Brasil para o país asiático, além de intensificar fluxo de investimentos entre os países.

Além de reaproximar os países, a missão foi marcada também pela oficialização de acordos previamente negociados. A visita do presidente Lula teve como principal destaque no âmbito econômico-comercial, a assinatura de acordo de empréstimo de US$ 10 bilhões concedido pelo China Development Bank (CDB) à Petrobrás para exploração de petróleo. O empréstimo foi condicionado ao aumento de fornecimento de petróleo para a empresa chinesa Sinopec de 150 mil barris por dia em 2009 para 200 mil barris por dia entre 2010 e 2019. A empresa brasileira concedeu ainda à Sinopec duas áreas para exploração de petróleo na Bacia do Pará-Maranhão. A Petrobrás e a Sinopec também assinaram Memorando de Entendimento que prevê cooperação entre as empresas em áreas como exploração, refinamento e fornecimento de bens e serviços relacionados.

Outro acordo que merece destaque foi firmado entre a empresa chinesa Wuhan Iron & Steel e a unidade de mineração da brasileira EBX. As empresas se comprometeram, por meio de Memorando de Entendimentos, a negociar instalação de usina siderúrgica no Brasil. A Wuhan deverá investir US$ 3,5 bilhões na construção de siderúrgica no Porto de

Açu, no Rio de Janeiro, com capacidade de produção de 5 milhões de toneladas por ano. Caso concretizado, esse valor representará o maior investimento realizado por empresa chinesa no Brasil. A Wuhan terá 70% de participação na siderúrgica - por meio de financiamento a ser concedido pelo CDB. Ademais, a Wuhan deverá adquirir 27% do capital da mineradora MMX. Simultaneamente, foi assinado Memorando de Entendimento que prevê venda de US$ 2 bilhões em aço por ano pela nova siderúrgica a partir 2012, quando deverá atingir sua capacidade máxima.

Outra grande expectativa em relação à missão brasileira à China, a negociação para entrada de carnes brasileiras no mercado asiático, mostrou ao mesmo tempo bem sucedida e frustrada. Bem sucedida, pois, após longo período de negociações, embarque de carne de frango brasileira foi oficialmente autorizado pelo governo chinês. Como resultado, uma semana após tal permissão foi realizado primeiro contrato de exportação do produto brasileiro para o país asiático pelo Grupo Doux Frangosul. A frustração ocorreu com a de carne suína, cuja negociação foi adiada para o segundo semestre de 2009.

O grupo brasileiro JLJ (controlador da Nutriplus Alimentação) firmou acordo com a montadora de veículos chinesa Chery que autoriza o grupo a importar e vender automóveis do modelo Tyggo da Chery no Brasil. As empresas estabeleceram prazos e cronograma de possível implantação de fábrica da Chery no Brasil. A fábrica deverá receber cerca de US$ 700 milhões em investimento e terá capacidade para produzir 150 mil automóveis por ano. Os chineses planejam fazer do Brasil sua base de exportação para demais países da América Latina, para onde deverá seguir parte da produção da nova fábrica da Chery.

Por fim, outros temas foram debatidos e importantes acordos foram assinados entre os presidentes. Os países estabeleceram que o Plano de Ação Conjunta de 2010 a 2014, a ser aprovado no segundo semestre de 2009, tem por objetivo aumentar cooperação entre os países, incentivar a diversificação das pautas de comércio bilateral e fomentar investimentos mútuos. O Plano deverá conter metas e prazos específicos para atingir as metas que estão sendo estabelecidas em conjunto com o setor privado. Devem ser destacados também acordos e memorandos de entendimento em temas como aduanas, aeroespacial, ciência e tecnologia, inovação, energia, comércio exterior e barreiras fito-sanitárias.

A missão do governo brasileiro à China foi, portanto, de suma importância para reafirmar vontade de ambos os países, em especial do Brasil, de aumentar diálogo e intensificar cooperação para amenizar efeitos da crise mundial e estreitar relacionamento bilateral. O Brasil parece estar no caminho certo para desenvolver estratégia de longo prazo para o parceiro chinês. Importantes portas foram abertas para que próximas missões sejam organizadas e novos benefícios possam ser auferidos pelo Brasil. ■

Dragonomics
Research & Advisory

Henan: Estórias do interior

Autor: Will Freeman[1]

Com economia da região costeira sofrendo impactos da retração brusca nas exportações, Pequim está depositando suas esperanças nas províncias do interior para ajudarem a retomar ritmo de crescimento. Isso significa injeção de capital na construção urbana e na economia rural, encorajando assim consumidores esporádicos do interior a abrirem suas carteiras. Um dos focos do governo é Henan, antes o coração pulsante da civilização chinesa do Rio Amarelo, contudo, atual sinônimo de pobreza rural. Metade da população de 94 milhões ainda vive em fazendas, enquanto outros 22 milhões trabalham como construtores e garçonetes em outras províncias, geralmente do litoral. A queda brusca das exportações claramente atingiu salários dos migrantes e o valor dos ganhos enviados para casa. Todavia, com economia local dominada pela indústria pesada e agricultores usufruindo agora de subsídios para bens de consumo domésticos, Henan deverá teoricamente ser uma das vencedoras do massivo plano de estímulo fiscal chinês.

[1] Will Freeman é pesquisador para Dragonomics em Pequim.

Olhar interno – Total comercializado como parcela (%) do PIB provincial em 2008

Guangdong	133,0
Jiangsu	90,0
Zhejiang	68,3
China	**59,0**
Liaoning	37,4
Shandong	35,4
Hebei	16,4
Guangxi	12,9
Hubei	12,5
Sichuan	12,3
Henan	**6,6**

Fonte: Escritório Nacional de Estatísticas da China

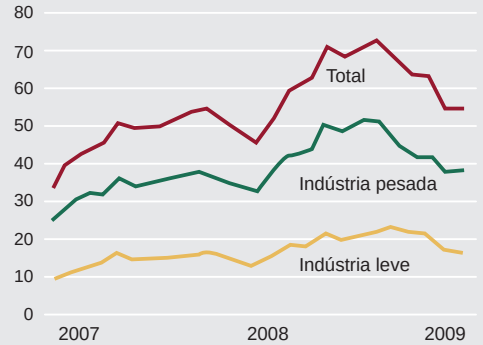
Apesar de ter sofrido severa queda no crescimento do PIB no primeiro trimestre (para 6,6%), Henan – e, consequentemente, grande parte do interior da China – parece em melhor situação para recuperar-se da retração brusca do que a região costeira. Um dos motivos para tal é sua menor exposição ao colapso do comércio mundial: valor total de comércio correspondeu apenas a 7% do PIB provincial em 2008, comparado com 59% do PIB nacional. Outra razão se deve ao setor imobiliário de Henan nunca ter vivenciado bolha especulativa, vista em diversas cidades costeiras.

Gastos centrais - Questão central em Henan e em outras províncias é se consumo local, incentivado pelo pacote de estímulo, pode começar a alavancar a economia. As evidências são contraditórias. Muitos varejistas afirmam que as vendas caíram no primeiro trimestre de 2009 e que consumidores estão esperando queda nos preços de itens como bicicletas elétricas, computadores e eletrodomésticos chegar ao seu mínimo. “Uma das regras clássicas do consumo na China é comprar quando os preços estão subindo, não quando estão caindo”, disse Guo Chunyu, vice-presidente da Wanbao, maior cadeia de varejo local de Kaifeng. Isso significa que demanda estagnada pode resultar em recuperação das vendas no fim do ano, quando os preços se estabilizarem.

Já há sinais de que produtores subestimaram a força da demanda do consumidor. Gerentes da FAW-Volkswagen, grande concessionária de carros em Kaifeng, alegam terem sido forçados a recusar clientes durante primeiro trimestre de 2009, quando ficaram sem veículos. Consumidores da Wanbao têm que esperar até um mês após pagamento para receber televisores de tela plana. Parkson, loja de departamento malaia, divulgou que as vendas anualizadas por loja em Zhengzhou cresceram mais de 20% em 2008, quase o dobro da média nacional. “Todos os varejistas dizem a mesma coisa: vendas nas províncias e cidades costeiras estão relativamente fracas, enquanto vendas nas províncias e cidades do interior estão relativamente fortes”, disse Paul McKenzie, chefe de pesquisa ao consumidor da CLSA Asia-Pacific Markets.

Entretanto, o quadro nas pequenas cidades e comunidades rurais é complicado pelo importante papel desempenhado pelas remessas de dinheiro dos migrantes para economia local. Ainda que a economia de Henan continue em grande medida afastada do comércio internacional, os milhões de trabalhadores migrantes empregados em indústrias voltadas para exportação não estão. Xi Yuwei, trabalhador migrante de uma vila duas horas ao sul da cidade histórica de Kaifeng, deixou seu trabalho na fábrica de capas de computadores em Suzhou, quando cancelaram pagamento de horas extras e salários caíram de Rmb 1.750 por mês para apenas Rmb 850. A retração brusca das exportações significa que os envelopes enviados para casa este ano pelos trabalhadores migrantes serão mais finos do que nos recentes anos de *boom*.

Decaindo – Valor agregado pela indústria em Rmb bilhões



Fonte: Escritório de Estatísticas de Henan

De acordo com estimativas oficiais, os 22 milhões trabalhadores migrantes de Henan – maior número dentre as províncias – obtiveram receita combinada de Rmb 161 bilhões em 2008, ou cerca de Rmb 7.300 por pessoa. É difícil estimar o quanto desse total foi enviado para as famílias no campo, no entanto, pesquisas sugerem que a quantia é por volta da metade. É possível, portanto, que mais de um quarto dos Rmb 273 bilhões de consumo rural em 2007 em Henan dependa das remessas. Gastos totais domiciliares (urbano e rural) em 2007 corresponderam a Rmb 613 bilhões, significando que aproximadamente Rmb 1

de cada Rmb 7 gastos em Henan vieram de ganhos dos migrantes. Mais de dois milhões dos trabalhadores migrantes de Henan não retornaram para seus antigos empregos na costa após o Ano Novo Lunar, em grande parte devido à queda de salários, cancelamento de horas extras ou dispensas forçadas não remuneradas, de acordo com estimativas do governo. Muitos especialistas acreditam que o número verdadeiro é significativamente maior, podendo ser dramático o impacto no consumo rural.

Parte considerável dos gastos com estímulo local é designada para lidar com esse problema. O governo provincial recentemente revelou planos de gastar Rmb 2,5 bilhões a fim de auxiliar estes migrantes que retornaram a achar emprego, incluindo Rmb 1,5 bilhão para empréstimos a pequenos negócios. Maioria destes migrantes continua completamente desinformada sobre as medidas, contudo, especialistas locais dizem que elas serão implementadas em breve. Os planos incluem treinamentos com objetivo principal de ajudar migrantes a retornarem para trabalhos em manufaturas direcionadas para exportação. Todavia, o governo de Henan sabe dos duros anos que as fábricas exportadoras chinesas têm pela frente e, portanto, auxílio também destinado à integração de migrantes que retornam à economia local.

Indo com fluxo

No início desse ano, alguns relatos emotivos previram que demissões em massa no centro exportador chinês poderiam gerar caos social. Em Henan, muitos dos migrantes que deixaram regiões exportadoras do litoral têm sido forçados a aceitar trabalhos locais que pagam quantia consideravelmente menor. Muitos dos homens migrantes trabalham em pequenos projetos de construção, nos quais salário diário é pelo menos um terço inferior ao salário nas áreas exportadoras. Todavia, receios de revoltas migrantes são exagerados por duas razões.

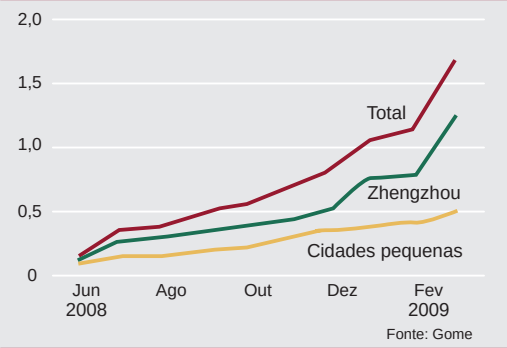
Em primeiro lugar, pesquisas recentes e relatos informais sugerem que maioria destes migrantes voltou para o litoral. De acordo com pesquisa em Xinyang, cidade de nível municipal[2] ao sul de Henan, 500 mil dos 650 mil migrantes que retornaram para Festival da Primavera foram embora novamente em meados de fevereiro. E dos 150 mil restantes, 50 mil conseguiram trabalho local, deixando apenas 100 mil dos 2,7 milhões de migrantes da área de Xinyang temporariamente desempregados. “A maioria das pessoas que voltou do sul retornará ao trabalho. Você não pode ficar em casa e depender de um pedaço de terra!” afirma Xu Yuwei, migrante local que achou trabalho temporário em sua cidade, transportando e vendendo alho-poró.

Em segundo, poucos migrantes estão suficientemente irritados com impacto da crise econômica para protestarem. Trabalhadores migrantes mudam de emprego frequentemente e costumam viajar longas distâncias na procura por emprego melhor; eles estão acostumados às vicissitudes do mercado de trabalho amador chinês. Ainda mais, devido aos migrantes que retornam estarem tipicamente espalhados por centenas de vilas, lhes falta massa crítica para fomentar revolta explosiva. Exceto referência ocasional aos “americanos que gastaram dinheiro de amanhã hoje e começaram essa bagunça”, os ex-migrantes de Henan quase não expressaram resquício de ressentimento em relação às dificuldades econômicas recentes.

Salve a economia, compre uma máquina de lavar! - Medida de estímulo ao consumo que está tendo impacto é o esquema de subsidiar compra de eletrodomésticos, como geladeiras e máquinas de lavar. Dentro do programa de “linha branca para o campo”, introduzido em 2008, residentes rurais recebem devolução de 13% de impostos em eletrodomésticos selecionados. Em 2008, governo de Henan gastou Rmb 130 milhões em subsídios para 1,6 milhão de itens de linha branca estimados em Rmb 2 bilhões. Grandes varejistas como a Gome dizem que o esquema teve efeito considerável, especialmente depois das autoridades provinciais iniciarem sua divulgação no início do ano.

[2] Divisão administrativa chinesa, correspondendo ao nível entre província e condado.

Receita mensal de vendas de produtos de linha branca da Gome de Henan com desconto - Em Rmb milhões



A maioria dos consumidores não é formada por agricultores genuínos. “A maior parte das vendas tem ocorrido nas cidades ou em seus subúrbios, apesar de 70% dos consumidores terem mostrado cartões de identidade rurais”, disse Geng Xin, gerente de vendas da Gome de Henan. Consumidores são tipicamente migrantes com identidade rural que vivem em áreas urbanas ou seus arredores, ainda que pessoas locais apontem que moradores urbanos também comprem parte desses bens pegando emprestado cartões de identificação rural. Agricultores não fazem parte desse esquema por dois motivos. Primeiro, sua renda é reduzida – e ainda mais baixa sem as remessas dos migrantes. Segundo, poucos varejistas nas vilas e condados comercializam eletrodomésticos, o que significa que os agricultores precisam viajar até a cidade para usufruir dos subsídios. Entretanto, o governo central anunciou planos para criação de 150 mil lojas nas áreas rurais até o final de 2010, objetivando venda dos produtos subsidiados. A Gome e outros vendedores inseridos no esquema começaram a desenvolver franquias, representantes de vendas rurais e parceria com lojas locais nas cidades do interior.

Estrada para boa vida

O plano de estímulos é algumas vezes criticado por colocar infraestrutura antes do consumo. No entanto, projetos de infraestrutura, como construção de rodovias, ajudaram ao longo do tempo no desenvolvimento das economias rurais, provendo acesso aos mercados. As situações contrastantes de duas vilas em Henan, Mingshanmiao e Liulian, servem como exemplo. Mingshanmiao, uma das vilas agrícolas mais ricas de Henan, está ao lado da via expressa entre Kaifeng e Zhengzhou. Liulian, vila bem mais pobre a duas horas de Kaifeng, é mal conectada com as maiores cidades da província.

Em Mingshanmiao, aldeões começaram a cultivar vegetais no lugar do trigo anos atrás. Venderam seu produto em Kaifeng e Zhengzhou reverteram lucros em investimentos em sistemas de irrigação custosos e estufas e expandiram área de semeio dos vegetais. Agora toda a cidade cultiva vegetais, os quais os aldeões transportam até a Mongólia Interior por meio das novas vias expressas chinesas. Lucros do cultivo de vegetais aumentaram a renda média em Mingshanmiao para aproximadamente Rmb 15 mil em 2008 - quase quatro vezes a média da renda per capita de Henan. Renda mais elevada significa mais consumo: Cao Kaishi, dono de uma pequena loja na vila, possui quatro geladeiras, algumas televisões, uma máquina de lavar e um sedan.

Por outro lado, Song Jian de Liulian passou por tempos difíceis para ficar rico. Após pegar dinheiro emprestado de seus companheiros aldeões no final da década de 1990, ele comprou um caminhão grande para transportar vegetais e grãos para cidades vizinhas. Todavia, o empreendimento não deu certo - e Song culpa qualidade das estradas locais. “Transportar a produção era muito difícil e caro porque as estradas eram péssimas”, disse ele. “Perdi tudo e levou 10 anos para pagar de volta meus amigos”.

Outro sucesso aparente é o programa “carro para o campo”, que oferece 10% de desconto para os residentes rurais na compra de minivans e pequenos tratores até o final de 2009. Vendas de minivans já haviam subido em Henan após o governo central ter reduzido em 50% impostos sobre veículos de pequeno porte e aceleraram ainda mais quando esquema de devolução de impostos começou em março de 2009. Uma concessionária da Chang’an nas redondezas de Kaifeng vendeu mais de 110 minivans em fevereiro, número superior ao recorde mensal de 89, em 2008. Em março, vendas cresceram mais de 100% anualizadas para 150 minivans. Ren Shufeng, diretor de marketing da filial em Henan da Wuling– marca mais popular de minivan na China – disse que as vendas cresceram de

40% a 50% anualizadas no primeiro trimestre em toda província, com demanda excedendo oferta. “Se tivéssemos veículos suficientes para atender à demanda, as vendas anuais poderiam triplicar!”, disse Gao Xinying, gerente da concessionária da Chang’an em Kaifeng.

O esquema de subsídios é muito bom, no entanto, não consegue lidar com o maior obstáculo ao consumo rural: baixa renda. Yuan Raijian, migrante de Henan que trabalha como massagista em Pequim, comprou para sua família uma máquina de lavar, com seu salário. Contudo, disse que seus pais não possuem condições de pagar a eletricidade para utilizá-la. O fato é que com receitas urbanas correspondendo ao triplo das rurais, incentivar o consumo depende da ida de mais agricultores para as cidades e da criação de melhor rede de seguridade social. Essas são mudanças estruturais de longo prazo. Henan e outras províncias centrais estão emergindo da brusca retração mais rapidamente que as províncias costeiras – no entanto, somente após muitos anos essas províncias predominantemente rurais estarão prontas para substituir o litoral como motor da economia do país. ■

© Dragonomics Research & Advisory. Esta análise foi preparada a partir de fontes de dados que nós acreditamos serem confiáveis, mas nós não fazemos nenhuma representação de sua precisão ou integridade. Esta análise é publicada apenas para a informação dos clientes da Dragonomics Research & Advisory e não é uma oferta de venda ou compra, nem uma solicitação de oferta para a oferta de compra ou venda de um derivativo. Esta análise não deve ser interpretada como a provisão de investimentos para nenhum estado, país, ou jurisdição nas quais esses serviços sejam ilegais. As opiniões e estimativas expressadas nessa análise constituem nossa julgamento dos dados que nos foram apresentados e são sujeitos à mudança sem notificação prévia.

Reprodução autorizada de artigo do Dragonomics Research & Advisory (www.dragonomics.net) publicado em 01.06.2009. O conteúdo não reflete necessariamente a posição do CEBC nem de seus associados. Os editores da Carta da China traduzem os artigos publicados no convênio CEBC-Dragonomics Research & Advisory sem alteração ao conteúdo original.

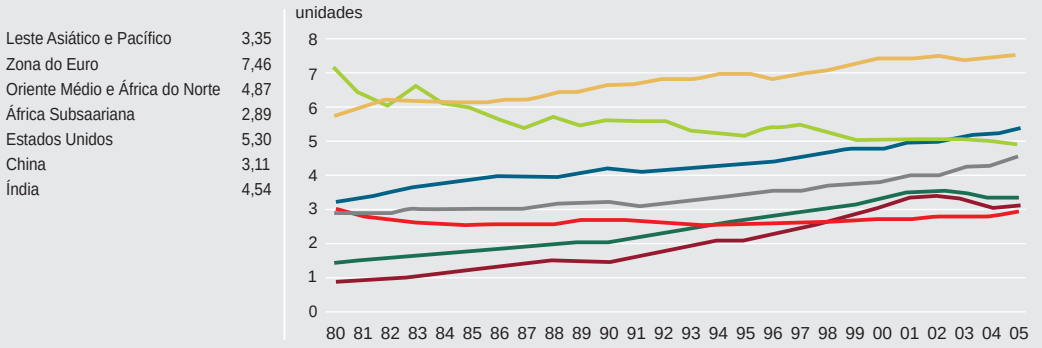
Energia

Eficiência energética: avanços e retrocessos?

Nos últimos anos, a China tem apresentado ganhos em eficiência energética significativos em quase todos os setores da economia. Estimulada ora por iniciativas governamentais, ora pelo próprio setor privado, a busca pelo uso mais eficaz da energia também ganhou impulso com o agravamento da degradação ambiental no país e, bem mais recentemente, com a crise econômica mundial que, entre outros efeitos, impactou negativamente nos lucros de empresários chineses e estimulou fusões e aquisições. Neste tempo de avanços também marcado pela diversificação de fontes de energia e maior flexibilização de preços no setor, exerceram papéis fundamentais aumento da competitividade, busca pela ampliação de margens de lucro, renovação tecnológica e fechamento de plantas produtivas ineficientes.

Durante as duas décadas seguintes ao início da abertura econômica iniciada por Deng Xiaoping em 1978, a China registrou seus mais expressivos aumentos em produtividade e eficiência. Em termos de quantidade de energia necessária à produção de cada unidade do PIB, o país asiático apresentou redução de 60% no consumo durante os anos 80 e 90, segundo consultoria *Oxford Analytica*. Tal resultado é três vezes superior à média mundial apresentada em igual período. A desaceleração de ganhos de eficiência veio a partir de 2000, uma vez que paulatinamente ao explosivo crescimento houve expansão de indústrias pesadas relativamente menos eficientes, em especial produtoras de cimento, aço e alumínio.

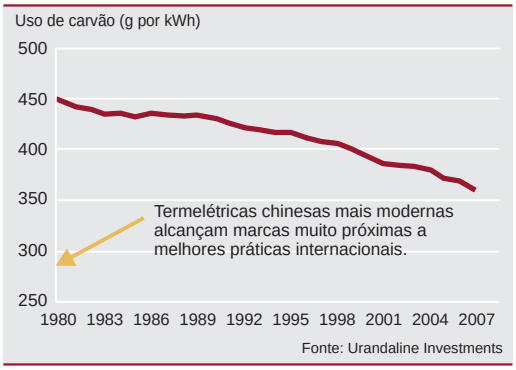
Uso de energia por unidade do PIB*



* Em preço em dólar, por paridade do poder de compra com ano base 2005, em kg de petróleo e a preço médio. Fonte: Reuters

No entanto, vale salientar que o aprimoramento do uso de energia observado nos últimos anos na indústria pesada chinesa foi expressivo. Em 1995, para fabricação de uma tonelada de alumínio no país asiático eram despendidos 16,7mWh, já em 2009 essa média é inferior a 15mWh – muito próximo as melhores práticas internacionais. De acordo com *Urandaline Investments*, consultoria australiana especializada em *commodities* intensivas em capital, atualmente cerca de 80% das produtoras de alumínio da China utilizam tecnologias modernas de fundição que ampliaram capacidade de fundição de 50 mil toneladas por ano em 2003 para 160 mil toneladas em 2008. Já para fabricação de aço e cimento, houve redução de 17% e 13%, respectivamente, na quantidade de energia necessária à fabricação de uma tonelada de cada um desses produtos.

Consumo de carvão e ganhos de eficiência



Fonte: Urandaline Investments

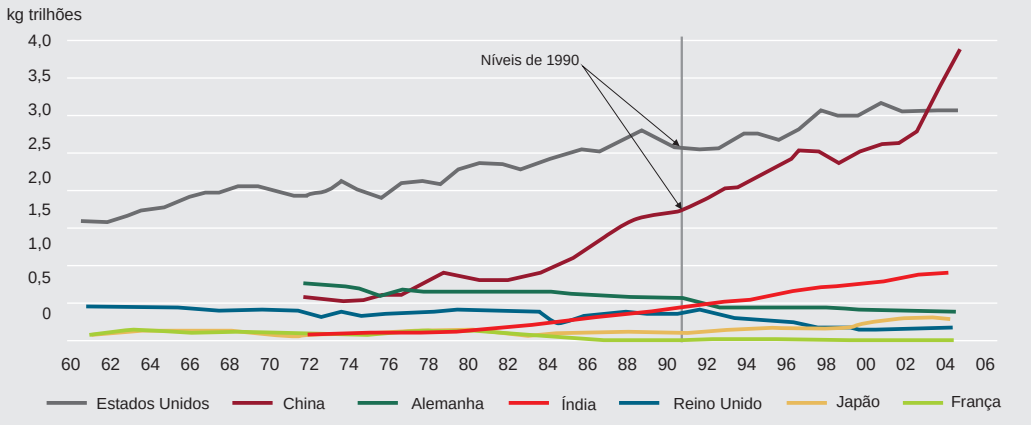
Eficiência no uso do carvão também foi aprimorada, houve em média ganhos de 1,3% ao ano desde a década de 80. Atualmente termelétricas chinesas utilizam menos de 350g de carvão para produzir 1kWh de energia elétrica, aproximadamente 100g a menos do que o necessário há cerca de trinta anos atrás. Vale ressaltar que, conforme estatísticas da *Urandaline Investments*, a capacidade média de geração de energia elétrica por planta saltou de 50mW para mais de 300mW, com algumas alcançando 600Mw.

Contudo, é fundamental notar existência de paradoxo entre eficiência entre níveis micro e macro. Embora plantas produtivas da China tenham acumulado expressivo ganhos em eficiência em termos individuais, esses são parcialmente ofuscados e desencorajados em razão de excesso de capacidade produtiva em quase todos os setores da indústria pesada. De acordo com o *Dragonomics*, a produção de aço chinesa anual, de 600 milhões de toneladas, excede o consumo doméstico em cerca de 100 milhões de toneladas. No caso do alumínio, a diferença é de algo entre 6 ou 7 milhões de toneladas anuais. Já a capacidade de produção de energia elétrica, que dobrou nos últimos cinco anos, teve de sofrer redução de um quarto em seu tempo operacional, face ao consumo relativamente diminuto do país. Tal descompasso entre eficiência micro e deficiência macro acaba por desincentivar novos investimentos a fim de aprimorar eficiência e, diante acelerado crescimento econômico chinês, esta capacidade produtiva atualmente "ociosa" tende a desaparecer rapidamente – embora a China já tenha ultrapassado os Estados Unidos em capacidade total de geração de energia, a população chinesa é cerca de quatro vezes superior à norte-americana.

Meio ambiente acelera mudanças – Mais do que uma questão exclusivamente de reforma e interesse econômico governamental ou privado, os ganhos de eficiência estão, em parte, também relacionados diretamente a externalidades negativas intrínsecas ao próprio modelo de desenvolvimento priorizado durante maior parte do processo de abertura da economia chinesa. No entanto, somente no início do governo de Hu Jintao a necessidade de aprimorar eficiência passou a compor parte da então recém criada agenda ambiental do país. Neste momento, garantir maior eficiência produtiva tornou-se necessário não somente para atenuar manifestações organizadas pela população afetada diretamente por desastres ou crimes ambientais, como também se tornou condição essencial à manutenção do próprio crescimento chinês. Em outras palavras, ficou claro para Pequim que a elevação do nível dos oceanos, por exemplo, poderia comprometer a região costeira (e mais desenvolvida do país) e que alterações climáticas poderiam causar prejuízos agrícolas imensuráveis.

Segundo o *World Resources Institute*, 40% do CO2 emitido pela China é derivado da utilização do carvão como matriz energética do país – responsável por cerca de 80% de toda energia produzida na China, conforme últimas estatísticas divulgadas pela Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma (NDRC, na sigla em inglês). Com o *boom* da economia chinesa a partir da década de 90, a queima do carvão aumentou expressivamente, e consequentemente a emissão de gases nocivos. Entretanto, é fundamental reforçar que 37% das emissões de CO2 do país decorrem da produção de bens exportados majoritariamente para os Estados Unidos e União Européia, conforme estatísticas da *Universidade de Pequim*.

Emissão de CO2 *vs.* utilização de carvão para produção de energia



Fonte: Reuters

Neste sentido, não surpreendentemente a busca por maior eficiência está diretamente relacionada ao aumento de investimentos para diversificação de fontes de energia. A expectativa de Pequim é de que até 2020 a proporção de uso de energia renovável na economia duplique para 15% do total. Com esse objetivo, a China tornou-se vanguardista em pesquisas em tecnologia limpa e já investiu aproximadamente US$ 12 bilhões no setor, atrás apenas da Alemanha. Em 2008, o país asiático apresentava a quarta maior capacidade de produção de energia eólica mundial e, até o final de 2009, deve se tornar o maior produtor mundial de turbinas eólicas do mundo. Em junho deste ano, o governo chinês anunciou investimentos de US$ 14,6 bilhões para mais que duplicar até 2010 sua capacidade de geração de energia eólica no país.

Além de investimentos em novos projetos, o governo chinês tem se preocupado em implementar políticas de incentivo a utilização de fontes de energia renováveis. No âmbito industrial, a China, maior produtora de painéis solares fotovoltaicos, anunciou recentemente que serão oferecidas tarifas preferenciais a empresas que utilizarem energia solar. Já no caso de incentivo a substituição do carvão por gás natural liquefeito (LNG, na sigla em inglês) para aquecimento e cozinha em lares chineses, o cenário é mais complexo. Além de investimentos em infraestrutura de distribuição, o governo precisa garantir que a oferta é suficiente para atender àqueles que optarem pela troca. Ademais, a China National Petroleum Corporation (CNPC) detém monopólio de produção e distribuição no país, mantendo o preço cobrado pelo serviço relativamente pouco acessível. Em 2008, a representatividade do LNG foi de apenas 3,8% do total de energia produzida no país, de acordo com a *Universidade de Pequim*.

Crise *vs.* eficiência – Desde o agravamento da crise de liquidez internacional, a indústria pesada chinesa apresentou significativa desaceleração. Embora o crescimento do PIB do país em 2008 tenha sido de 9%, a produção de cimento, aço bruto e rolos de aço aumentou, respectivamente, 2,9%, 2,4% e 3,4%. Uma vez mais lentos do que todo o resto da economia, o impacto geral sobre a eficiência energética anual do país foi positivo.

Sob a ótica de produtores, a crise produz efeito ambíguo sobre a busca por maior eficiência. Se por um lado estimula processo de fusões e aquisições e, dessa forma, elimina plantas menos eficientes, por outro acaba por limitar investimentos em novas tecnologias. Ademais, embora o discurso de líderes chineses negue qualquer retrocesso na política ambiental, especialmente em relação à fiscalização, é pouco provável que o governo chinês opte por agregar outro ônus ao setor industrial em face de pressão sobre lucros industriais.

O agravamento da crise, e consequente desaceleração da economia chinesa, podem alterar o curso de mudanças observadas nos últimos anos. O pacote de estímulo econômico da China, lançado em novembro de 2008, prevê investimentos de US$ 580 bilhões, majoritariamente alocados em projetos de infraestrutura e estimulando novamente indústrias de cimento, aço e alumínio. Dessa forma, os setores intensivos em energia que contribuíram para o "salto anormal" de ganho de eficiência ao final de 2008, retomarão brevemente suas atividades e evidenciarão mesmos sinais de ineficiência anteriores. Em outras palavras, a fim de auferir ganhos significativos de eficiência em energia, bem como reduzir índices poluentes, Pequim deve priorizar mudança de base econômica, ou seja, tornar-se menos dependente do setor industrial pesado, e não concentrar-se essencialmente em renovação de tecnologia vigente. ■

Investimentos

Mudança nos mercados e temor de avanço chinês fazem Rio Tinto rejeitar acordo com Chinalco

Após quatro meses de avaliação por autoridades australianas e intenso debate entre acionistas e administradores, a Rio Tinto anunciou ter desistido de parceria com a produtora de alumínio chinesa Chinalco. O negócio de US$ 19,5 bilhões – a Chinalco compraria US$ 7,2 bilhões em títulos conversíveis em ações e US$ 12,3 bilhões de participação minoritária em diversos ativos estratégicos da Rio Tinto – seria a maior aquisição por empresa chinesa no exterior, mas foi cancelado pela mineradora anglo-australiana pela combinação de retomada de otimismo no mercado, insatisfação dos acionistas e forte rejeição do público e autoridades australianas. Recentes acordos no exterior por empresas chinesas indicam que garantia de suprimento de recursos naturais permanece prioridade, porém, novas estratégias buscam contornar temores de "invasão chinesa".

Leia mais
Carta da China 45

Quando anunciado em fevereiro de 2009, o investimento da Chinalco era visto como bom negócio para a Rio Tinto e excelente negócio para produtora de alumínio chinesa. Enquanto a mineradora anglo-australiana necessitava quitar US$ 10 bilhões em dívidas ainda em 2009, sendo investimento chinês uma das raras opções de capitalização frente ao congelamento do mercado de crédito mundial e em razão da depressão de preços de metais, a Chinalco ampliaria significativamente participação acionária, passando a ter dois executivos no quadro diretor da mineradora. Ademais, aquisição de participação minoritária em alguns dos mais importantes ativos da Rio Tinto, como minas de Hamersley na Austrália e La Granja no Peru, permitiriam à Chinalco obter importantes ganhos de expertise em gestão e tecnologia. Amplamente contestada, alguns analistas afirmavam também que a participação ampliada daria à empresa chinesa capacidade de influenciar precificação de minérios, criando potencial conflito de interesses.

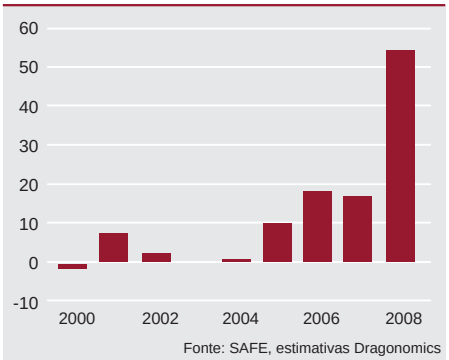
Mudança do cenário econômico global desde fevereiro de 2009, contudo, contribuiu para impressão de que o negócio seria vantajoso demais para os chineses, mas nem tanto para mineradora anglo-australiana. Desde anúncio da transação, em 12 de fevereiro de 2009, preço das ações da Rio Tinto duplicou, passando de cerca de £ 15 para mais de £ 30. Recuperação da demanda asiática de minérios e maior otimismo nos mercados financeiros contribuíram também para que a Rio Tinto anunciasse desistência do negócio com Chinalco, decidindo levantar fundos por meio de venda de ações e joint-venture em ativos de minério de ferro com a concorrente BHP Billiton, na região australiana de Pilbara.

Ainda, tentativa da produtora chinesa de adquirir ativos estratégicos em gigante do setor minerador revelou temor da opinião pública fora da China. Na Austrália, o possível negócio sofreu duras críticas do público em geral e, sobretudo, da oposição ao governo do primeiro-ministro Kevin Rudd. Ex-diplomata em Pequim e fluente em mandarim, o primeiro-ministro foi acusado de ser "representante comercial da China" por defender recentes investimentos chineses no setor minerador do país – aquisição da OZ Minerals pela China Minmetals e compra de participação na mineradora Fortescue pela chinesa Hunan Valin Iron & Steel, aprovadas, ainda que com limitações, nos primeiros meses de 2009.

Leia mais
Carta da China 47

Enorme demanda chinesa por commodities, decorrente de acelerado crescimento econômico intensivo em recursos naturais, levou o país a realizar grandes investimentos na aquisição de ativos que garantam acesso futuro a tais recursos estratégicos. Em 2008, investimentos diretos chineses fora do país alcançaram US$ 54 bilhões, valor três vezes superior ao registrado no ano anterior, sendo direcionado, majoritariamente, à aquisição de empresas que exploram matéria prima. O China Investment Corporation (CIC) já anunciou que, em 2009, focará investimentos neste tipo de ativos, em detrimento de aquisição de participação em instituições financeiras, que geraram grandes perdas. Crescente presença da China como investidora, no entanto, tem levantado temores de que interesses políticos de Pequim seriam mais importantes que interesses comerciais das estatais chinesas, gerando fortes reações negativas a tentativas de investimento direto pela China.

Investimento direto chinês no exterior – US$ bilhões



Fonte: SAFE, estimativas Dragonomics

Leia mais
Carta da China 46

A fim de evitar rejeições como recente desistência da Rio Tinto ou frustrada tentativa de aquisição da Unocal pela China National Offshore Oil Company (CNOOC) nos Estados Unidos em 2005, o governo chinês tem se utilizado de diferentes táticas para garantir acesso a recursos estratégicos ao crescimento chinês no longo prazo. Algumas negociações recentes revelam alternativas à aquisição de empresas estrangeiras, que poderiam exacerbar sentimentos anti-China.

Leia mais
Carta da China 10

Mas a estratégia chinesa de investimento no mundo também tem como alvo a mudança da matriz energética. Com intuito de aumentar participação de gás liquefeito na matriz energética chinesa para 10% até 2020 – contra apenas 3% atualmente -, a CNOOC assinou, em maio de 2009, memorando de entendimento com grupo britânico BG para fornecimento de gás natural à China durante vinte anos. O combustível virá da planta produtiva do grupo BG atualmente em construção na região de Queensland, na Austrália, na qual a CNOOC terá participão societária de 10%, além de 5% em reservas de gás. Ainda na Austrália, Waratah Coal anunciou ter acordado financiamento de até 60% do investimento na maior mina de carvão termal do país com a estatal chinesa Metallurgical Corp. of China (MMC), no valor de cerca de US$ 3,1 bilhões. Segundo memorando de entendimento assinado pelas empresas, a MMC garantirá o capital junto a bancos chineses – além de investir mais US$ 515 milhões para adquirir 10% da mina -, obtendo em troca fornecimento de 75% do volume total produzido, 30 milhões de toneladas métricas de carvão por ano, no valor de US$ 3 bilhões. Ambos os acordos ainda necessitam da aprovação de autoridades regulatórias australianas.

Em Cingapura, a PetroChina adquiriu participação de 45,5% na Singapore Petroleum Corp. (SPC) por cerca de US$ 1 bilhão. Ainda que o valor investido seja modesto frente a recentes aquisições no exterior, a transação teve grande relevância por dois motivos. Primeiramente, a aquisição foi realizada diretamente pela PetroChina, e não pela matriz, a China National Petroleum Corp. (CNPC), como acontecera em investimentos anteriores. Por ser empresa listada em bolsa, ao contrário de sua matriz inteiramente estatal, espera-se que seus investimentos diretos sejam menos passíveis de ser alvo de reações nacionalistas. Além disso, a PetroChina anunciou que a Singapore Petroleum deverá ser "nova plataforma para implementação de estratégia internacional" da empresa. Ainda que o termo não tenha sido explicado, analistas acreditam que isto significa que a SPC será utilizada para adquirir ativos no exterior, aproveitando-se da tradicional abertura cingapuriana a investimentos.

Junto a recentes acordos de fornecimento de combustíveis de longo prazo com Brasil e Rússia em troca de financiamentos, recentes negócios realizados por estatais podem indicar tendência de novo padrão de investimento chinês no exterior. Se aquisições diretas de participação e ativos estratégicos em grandes empresas têm causado reação nacionalista e protecionista em alguns países, transações que garantem às empresas chinesas participação minoritária em ativos produtores de recursos naturais ou acordos de suprimento em troca de financiamento garantem resultado semelhante sem, contudo, alimentar temor de "novo colonialismo" chinês.

Leia mais
Carta da China 45

Ainda que o fracasso da transação entre Chinalco e Rio Tinto deva-se majoritariamente a melhores condições de mercado, a intensidade da reação do público e autoridades australianas alertou a China sobre temor que parece acompanhar sua ascensão à condição de potência econômica. Nesse sentido, liberalizar investimentos em seu mercado doméstico e buscar formas menos agressivas de aquisições no exterior são passos essenciais ao sucesso de futuros investimentos diretos chineses, tão necessários à garantia de seu crescimento no longo prazo. ■

Artigo especial

Porque os chineses poupam?

Autor: Michael Pettis[3]

Tenho pensado e escrito recentemente sobre a taxa de poupança chinesa e, embora eu venha a publicar posteriormente artigo que estou escrevendo sobre o assunto na *Wilson Quartely*, pensei em explicar brevemente neste artigo algumas questões que, na minha opinião, afetaram a taxa de poupança. Sei que uma das respostas mais comuns para a pergunta "porque os chineses poupam tanto?" tem sempre sido a questão cultural:

[3] Michael Pettis é professor da *Peking University's Guanghua School of Management* e especialista em mercado financeiro chinês.

domicílios chineses economizam parte significante de sua renda devido à predisposição da cultura confuciana para poupar. No entanto, acho a justificativa um pouco circular.

Mesmo que em recente publicação o presidente do Banco Central chinês Zhou tenha discutido a importância da cultura como explicação para grande poupança chinesa, não estou confortável em aceitá-la. A taxa de poupança tem variado constantemente dentro de culturas individuais ao longo do tempo e os chineses não se isentam dessa variação. Mesmo que possa haver algo como predisposição cultural a poupar – afinal, acredito que famílias asiáticas nos Estados Unidos tendem, em média, a possuir níveis mais altos de poupança que outras famílias norte-americanas –, explicações culturais são bastante confusas para se fazer qualquer previsão. Por exemplo, 50 anos atrás era amplamente entendido que o mesmo confucionismo que hoje supostamente fomenta altos níveis de poupança era causa da profunda e persistente pobreza dos países asiáticos na época.

Utilizando estrutura desenvolvida por Max Weber em "*A ética protestante e o espírito do capitalismo*" – esta argumenta que costumes religiosos e sociais explicam, pelo menos em parte, porque vários países no ocidente e em outros lugares possuem níveis diferentes de desenvolvimento econômico -, sociólogos e muitos economistas argumentam que, diferentemente das características particulares do protestantismo europeu e norte-americano - caracterizados pela iniciação do desenvolvimento de instituições que levariam aos processos de criação de riqueza -, noções confucianas de família, moralidade e prestígio tornaram praticamente impossível acúmulo de riqueza por meio de negócios e inovações tecnológicas no leste da Ásia. Eles defendem que padrões de consumo do confucionismo, especialmente relacionado ao culto às gerações passadas, também dificultaram o suficiente acúmulo de riquezas por parte dos domicílios chineses para financiar empreendimentos capitalistas.

Ainda assim, 30 anos depois, quando o sucesso econômico do Japão e dos Tigres Asiáticos parecia irrefreável, sociólogos não tiveram dificuldade em argumentar que eram precisamente estas características confucianas que explicariam o sucesso asiático, pela forma como estas foram refletidas na criação de negócios de família e cooperativas estatais e nas estruturas financeiras e de negócios. Ao menos até a crise de 1997-98, quando antigos argumentos ressurgiram temporariamente para explicar sobre a dificuldade da cultura confuciana em ser bem sucedida economicamente para além de um patamar mínimo. Até mesmo esse culto às gerações passadas foi esquecido como causa das sistemáticas alocações errôneas de poupança. Em outras palavras, confucionismo como explicação para desenvolvimento asiático se revelou pouco flexível para ser útil, uma vez que podia explicar com igual vigor tanto inevitabilidade do fracasso do desenvolvimento asiático, como inevitabilidade do sucesso da Ásia.

Existem várias outras razões que têm afetado níveis de poupança chinesa e pretendo descrever algumas delas, parte para me ajudar a pensar sobre o assunto e parte para encorajar comentários. Dividi as razões, nem sempre de forma clara, em três blocos:

Causas demográficas

- Níveis de dependência em queda, especialmente por meio do declínio do número de pessoas jovens. De meados da década de 1970 até o meio da década seguinte sabemos que o nível de dependência da China contraiu bruscamente. A população economicamente ativa é bem maior atualmente do que há 30 anos. Além de ser um dos motores do crescimento acelerado, penso que esse fato induz à poupança, uma vez que a população em idade produtiva está relacionada à produção e população total está relacionada ao consumo. Isso significa que a população produtiva crescendo tão mais rapidamente do que a população total (processo que será revertido nas próximas três ou quatro décadas), resultará em crescimento mais rápido da produção chinesa do que do consumo no país. Claro que a diferença é a taxa de poupança.

Causas estruturais

- Falta de estrutura de seguridade social. Com sistema de saúde precário, sem sistema de seguridade social e habilidade limitada para tomar empréstimos, os chineses tem que desenvolver métodos próprios de garantir tais benefícios. Isso significa que poupam em média muito mais do que precisam para cobrir seus gastos.

- Rápido crescimento da riqueza. Quando riqueza per capita cresce rapidamente, pode levar tempo para as pessoas mudarem seus padrões de consumo, portanto crescimento do consumo ocorre depois do crescimento da riqueza. A diferença entre os dois é a crescente taxa de poupança.

- Geração de "pequenos imperadores". Tenho escutado, nem sempre por meio de argumentos satisfatórios, que famílias poupam em grande escala devido à política do filho único – eles são essencialmente mimados, de acordo com este argumento, e os pais limitam severamente seu próprio consumo com objetivo de poder prover tudo para seu único filho. Sou ambivalente no que diz respeito a essa explicação, contudo realmente penso que as gerações de filhos únicos possam impactar nas futuras poupanças. Eles são muito mais propícios a gastar com eles próprios, apesar desse argumento ser pouco confiável.

- Falta de crédito para o consumo. Sem fácil acesso ao crédito por parte do consumidor, famílias que querem pedir empréstimo para adquirir bens mais caros não têm outra escolha a não ser poupar para adquiri-lo futuramente.

Causas políticas

- Baixa taxa de câmbio. A razão e a causalidade são incertas, entretanto há evidências que países com taxa de câmbio artificialmente baixa tendem a ter altos níveis de poupança, talvez porque baixa taxa de câmbio reduz os salários reais.

- Baixa taxa de juros. Também possuímos muitas evidências que baixa taxa de juros cria alto nível de poupança em países como a China. Essa alegação gera muita confusão e sou frequentemente questionado como isso pode ser verdade quando exatamente o oposto é verdadeiro no Ocidente. Minha opinião é que isso ocorre devido aos efeitos sob o portfólio e sob a receita. No que diz respeito ao primeiro, devido aos chineses não pouparem na forma de investimentos em ações, títulos ou mesmo por meio de investimentos no setor imobiliário, mas sim em depósitos bancários, redução na taxa de juros não aumenta o valor de suas poupanças, pelo contrário, o reduz. É por isso que redução da taxa de juros leva a queda da poupança nos países do Ocidente (e ocidentais se sentem mais ricos) enquanto causa aumento da poupança na China (chineses se sentem mais pobres). Em relação à receita, com juros correspondendo a grande parte da receita total, baixa taxa de juros tem impacto similar ao dos baixos níveis de salário no consumo.

- Políticas direcionadas à manutenção de superávits comerciais. Isso é geralmente muito aceito e deve ser verdade por definição. Superávit comercial ocorre quando produção excede consumo, portanto, qualquer política que objetive crescimento da produção em ritmo mais rápido do que do consumo está implicitamente direcionada a expandir a participação da poupança na renda.

- Políticas direcionadas a manutenção de superávits fiscais. Claramente isso contribui para aumento da poupança do governo.

- Políticas direcionadas a forçar lucratividade nas estatais por meio da taxa de juros e de outras políticas. Outra idéia amplamente aceita para políticas que elevam a poupança corporativa.

Não tenho certeza se há uma principal razão para alto nível de poupança na China, contudo, em geral argumentaria que políticas direcionadas à geração de alto nível de investimento e manutenção de superávits comerciais também devem, por definição, gerar alto nível de poupança. Nesse sentindo, políticas associadas com chamado modelo de desenvolvimento asiático são implícita ou explicitamente as causas do alto nível de poupança. Sendo isso verdade, como escrevi anteriormente, as altas taxas de poupanças asiáticas poderiam estar ameaçadas no futuro pela crescente poupança norte-americana, uma vez que consumo e produção agregados devem se equilibrar. O déficit comercial dos Estados Unidos, necessário para sucesso das políticas de poupança na China, pode deixar de existir. ■

Curtas

Comércio bilateral

Superoferta de aço internacional obriga Camex a aumentar alíquotas sobre produtos siderúrgicos

A Câmara de Comércio Exterior do Brasil (Camex) autorizou, no começo de junho de 2009, retorno de cobrança de imposto de importação para alguns produtos siderúrgicos, a fim de proteger indústria nacional da desvalorização destes produtos no mercado internacional. Antes isentos de tarifação, três tipos de chapas e bobinas a quente e duas a frio, chapas grossas de aço carbono e barras de aços ligados terão alíquotas acrescidas para 12%. Já barras de aços ligados e vergalhões de ferro e aço, presentes na lista de exceções da Tarifa Externa Comum do Mercosul (TEC) e isentos, passarão a 14%.

Com atual cenário de recessão econômica e excesso de oferta mundial de aço, siderúrgicas brasileiras têm perdido espaço no mercado interno e alegam concorrência desleal de produtos importados, principalmente da China e Ucrânia. De acordo com dados da Camex, importação brasileira da China dos produtos taxados aumentou 70% nos primeiros cinco meses de 2009, se comparado ao mesmo período de 2008.

Tecnologia

Empresa brasileira de TI abre laboratório de *softwares* na China

A empresa brasileira Ci&T e a japonesa Rococo, especializadas no setor de tecnologia de informação, criaram em maio de 2009 a *joint-venture* Ci&T Pacific, cuja sede será em Tóquio e terá centro de desenvolvimento de *softwares* em Ningbo, cidade portuária da China. Este é o primeiro laboratório de desenvolvimento de *software* da Ci&T fora do Brasil. A região foi escolhida por ser pólo de formação de profissionais do ramo de tecnologia de informação, com 15 universidades com especialidades voltada ao setor capazes de formar cerca de 6 mil profissionais ao ano.

Comércio exterior

China oferece devolução de impostos para mais de 600 produtos exportados

Frente a severa contração nas exportações, a China anunciou que ampliará devolução de impostos sobre valor agregado (VAT, na sigla em inglês) para mais de 600 produtos exportados, em junho de 2009. A medida é retroativa a 1º de junho e beneficiará ampla gama de exportadores, incluindo produtos intensivos em mão de obra, como brinquedos e têxteis, eletrônicos e maquinário. Setor siderúrgico será também beneficiado, com aumento de 5% para 9% da devolução para produtos de aço. Essa foi sétima redução de VAT desde agosto de 2008.

Esta série de estímulos foi motivada pela contínua contração da demanda global que têm produzido retração das exportações chinesas de 21,8% nos cinco primeiros meses de 2009. Vendas para Estados Unidos e União Européia, principais mercados consumidores do país asiático, caíram 26,9% e 41,3%, respectivamente, no acumulado até maio de 2009.

Mercado consumidor

Regulação de CBRC permitirá que financeiras forneçam crédito para consumo

Comissão de Regulamentação Bancária da China (CBRC, na sigla em inglês) divulgou projeto de regulação que irá permitir a instituições, outras que não bancos comerciais, conceder crédito para consumo de bens duráveis em algumas cidades. O projeto, que estará aberto à consulta em junho de 2009, visa a expandir consumo doméstico, mas é também importante passo na direção de liberalização do mercado financeiro.

Atualmente, consumidores chineses podem obter crédito apenas via empréstimos em bancos comerciais ou por meio de financiadoras de automóveis. Caso aprovado, o projeto permitirá criação de empresas de financiamento, domésticas ou de capital estrangeiro, que não receberão depósitos, mas poderão oferecer crédito para aquisição de bens duráveis, com exceção de automóveis e imóveis, ou para consumo de serviços, como viagens e

reformas. A permissão será inicialmente limitada às cidades de Xangai, Pequim, Chengdu e Tianjin, e taxa de juros e montante emprestado terão teto determinado por regulação da CBRC. Ainda que limitada, a medida vem somar-se a outros incentivos ao consumo doméstico, como subsídios e devolução de impostos para compra de eletrodomésticos e veículos de pequeno porte, essenciais à recuperação do ritmo de crescimento econômico segundo o governo chinês.

Leia mais
Carta da China 45

Mesmo que o objetivo do governo central seja incentivo imediato ao consumo, nova medida do CBRC é importante passo para liberalização do mercado financeiro do país.

Sistema financeiro I

China volta a permitir IPOs após nove meses de moratória

Nove meses depois de suspender oferta pública inicial de ações (IPO, na sigla em inglês) nas bolsas chinesas, China Securities Regulatory Commission (CSRC) anunciou permissão para listagem das empresas Guilin Sanjin Pharmaceutical Co. e Zhejiang Wanma Cable. As ofertas serão realizadas em Shenzen, ao final de junho e início de julho de 2009, respectivamente, e devem levantar menos de US$ 200 milhões, refletindo cautela de Pequim no retorno de IPOs.

Após sofrer queda de 60% entre janeiro e setembro de 2008, China decidiu suspender IPOs. Retomada de oferta ocorre após principal índice do país, Shanghai Composite Index (SCI), ter recuperado 58% em 2009, sinalizando demanda para ampliar estoque de ações no mercado. Novas regulamentações também serão aplicadas, com intuito de reduzir volatilidade no dia de ofertas iniciais e reduzir privilégio de investidores institucionais.

Fusões e aquisições

Plano de reestruturação da indústria de não-ferrosos visa à consolidação industrial e eficiência

Maior produtora e consumidora mundial de metais não-ferrosos em 2008, China anunciou amplo plano de reestruturação da indústria doméstica de metais não ferrosos, em maio de 2009. Fortemente atingida pela crise global – lucro agregado dos produtores de não-ferrosos em 2008 sofreu redução anualizada de 45% -, a indústria deverá passar por severo processo de fusões e aquisições até 2011, sendo as dez maiores empresas do setor responsáveis por 90% da produção de cobre, 70% de alumínio e 60% de chumbo e zinco do país. Líderes do setor, como Chinalco e China Minmetals, devem beneficiar-se amplamente do processo.

Além de atender a demandas imediatas em função da crise financeira global, a reestruturação possui importantes objetivos de longo prazo, como eliminação de capacidade produtiva em excesso, desenvolvimento tecnológico, maior eficiência energética e redução de emissões de gases poluentes. Indústria de alumínio, que já vinha sofrendo restrições governamentais, deve ser particularmente afetada, com eliminação prevista de 800 mil toneladas de capacidade produtiva de plantas ineficientes até o final de 2010.

Leia mais
Carta da China 40

Competitividade

Consultoria aponta perda de competitividade da China frente a México e Índia

Valorização expressiva do renminbi, aumento de custos de frete e inflação de custos trabalhistas desde 2005 diminuíram sensivelmente competitividade da China como destino de *outsourcing* de algumas manufaturas norte-americanas, aponta estudo da consultoria AlixPartners. Em 2005, China liderava *ranking* de competitividade, à frente de Índia, México e Brasil. Com base em dados de 2008, contudo, México e Índia ultrapassaram a China, sobretudo em função da desvalorização do peso mexicano e rúpia indiana frente ao dólar, enquanto renminbi sofreu apreciação desde reforma cambial de julho de 2005. Outro fator importante na perda de competitividade chinesa foi aumento do custo de mão de obra no país de 7% a 8% ao ano desde 2005.

Leia mais
Carta da China Especial
Regime cambial

O estudo da AlixPartners toma como referência peças e pequenos maquinários, não considerando produtos intensivos em mão de obra, como calçados e brinquedos, nem

eletroeletrônicos, nos quais China apresenta notável vantagem de custos. Entretanto, normalização dos custos produtivos chineses é tendência de longo prazo, resultado, sobretudo, de medidas de contenção do ritmo de crescimento adotadas desde o primeiro mandato do presidente Hu Jintao. Reformas tributária e trabalhista, legislação ambiental mais severa e liberalização de preços de insumo são outros fatores que elevaram custo produtivo na China, mas contribuíram com consolidação industrial, eficiência produtiva e modelo de crescimento mais sustentável.

Leia mais
Carta da China 38

Sistema financeiro II

Estatais listadas em bolsa passarão 10% de ações iniciais para fundo de pensão nacional

Governo central chinês anunciou, em 19 de junho de 2009, que empresas estatais listadas em bolsa deverão transferir o equivalente a 10% das ações de oferta pública inicial (IPO, na sigla em inglês) para National Social Security Fund (NSSF), fundo de pensão chinês. A decisão, anunciada um dia depois de aprovação de novas IPOs, visa a diminuir volatilidade do mercado de capitais, assim como a consolidar sistema nacional de seguridade social.

A decisão aplica-se a 131 empresas estatais já listadas desde 2005, que deverão transferir ações no valor de cerca de US$ 9,4 bilhões para NSSF, e a todas que realizarem IPOs no futuro. Ao período inicial de imobilização do capital transferido à NSSF serão adicionados três anos com objetivo de reduzir liquidez do mercado e reforçar confiança de investidores. Em longo prazo, nova regra busca financiar sistema nacional de pensão, decisão em linha com disposições anteriores para ampliar serviços de seguridade social, a exemplo do sistema público de saúde.

Leia mais
Carta da China 41

Sistema bancário I

Bank of America e Goldman Sachs reduzem participações em bancos chineses

Fortemente afetados pela crise de liquidez internacional e sob pressão do governo norte-americano para fortalecerem suas posições financeiras, Bank of America e Goldman Sachs venderam participação em bancos chineses, em maio e junho de 2009. Em janeiro, Bank of America já havia reduzido participação no China Construction Bank (CCB), enquanto UBS e Royal Bank of Scotland venderam a totalidade de seus ativos no Bank of China (BoC).

Leia mais
Carta da China 44

Obrigado pelo “teste de stress” do governo norte-americano a levantar US$ 33,9 bilhões, Bank of America reduziu ainda mais participação no CCB ao vender US$ 7,3 bilhões em ações, permanecendo com 10,6% do banco, imobilizado até agosto de 2011. Aproximadamente 37% das ações foram adquiridas por conglomerados estatais chineses, como China Life e BOCI Ásia. Já Goldman Sachs captou US$ 1,9 bilhão ao vender ações do Industrial and Commercial Bank of China (ICBC), como parte do levantamento de fundos para pagar US$ 10 bilhões de injeção de capital pelo governo dos Estados Unidos.

Cerca de três anos após onda de investimentos no setor bancário por instituições estrangeiras, fim do período de imobilização do capital investido e crise financeira internacional levaram à venda de ativos por parte dos bancos estrangeiros. *Dragonomics* ressalta que aquisição cruzada de ativos entre grandes estatais deve expandir-se em momento de crise, desacelerando tendência de maior participação acionária por grupos privados.

Leia mais
Carta da China 12

Investimentos

CIC investe US$ 1,2 bilhão em Morgan Stanley

O China Investment Corporation (CIC) anunciou que comprará US$ 1,2 bilhão em ações do banco norte-americano Morgan Stanley, elevando sua participação acionária para 9,88%. A oferta de ações faz parte de capitalização do banco para pagar empréstimo de US$ 10 bilhões pelo governo norte-americano, como parte do programa de recuperação do sistema bancário. Com investimento, o CIC retoma percentual de participação próximo a 9,86% que havia adquirido inicialmente em 2007 e que fora diluído para 7,89% em outubro de 2008.

Embora tenha anunciado que a estratégia de investimentos em 2009 será focada em ativos estratégicos ligados a recursos naturais, a compra de ativos do Morgan Stanley reflete interesse em parceria de longo prazo. Deve-se ressaltar também que no momento do anúncio, realizado durante visita do Secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Tim Geithner, foi reafirmado compromisso chinês com a recuperação do sistema financeiro norte-americano.

Leia mais
Carta da China 46

Sistema bancário II

Agricultural Bank of China faz maior emissão da China em preparação para oferta de ações

Naquela que foi a maior emissão de bônus corporativos da China, o Agricultural Bank of China (ABC) captou US$ 7,3 bilhões em maio de 2009. A emissão foi vista como parte de preparativos do ABC para oferta primária de ações (IPO, na sigla em inglês), no segundo semestre do ano. Ao fim de 2008, índice de adequação de capital (*capital adequacy ratio*) do banco encontrava-se abaixo dos 10% necessários para ofertar ações ao público e era consideravelmente inferior àquele dos demais grandes bancos estatais chineses - Bank of China, Industrial and Comercial Bank of China e China Construction Bank. O ABC foi último dos quatro grandes bancos chineses a sofrer reestruturação para listagem no mercado, em processo que está em andamento desde entrada da China na Organização Mundial do Comércio, em 2001.

Leia mais
Carta da China 23

Devido à moratória temporária na emissão de novas ações e escassez de crédito global, empresas chinesas têm se utilizado amplamente de emissão de bônus corporativos nos primeiros meses de 2009. Em fevereiro, o China Construction Bank já havia emitido US$ 5,85 bilhões em bônus. Segundo Bloomberg, de janeiro a abril de 2009 empresas chinesas emitiram cerca de US$ 18 bilhões em bônus, três vezes mais que no mesmo período de 2008.

Leia mais
Carta da China 46

Relacionamento bilateral I

Secretário do tesouro norte-americano realiza visita conciliadora a China

Timothy Geithner, secretário do tesouro norte-americano, fez sua primeira visita à China no início de junho e adotou tom conciliador, tentando amenizar declaração dada em fevereiro, quando acusou a China de manipular sua moeda. Geithner elogiou os esforços do plano de estímulo econômico da China e destacou a importância do país para o fim da crise mundial, em tentativa de criar vínculos amistosos para facilitar possíveis futuras negociações. Em seu discurso conciliador, Geithner prometeu que os Estados Unidos diminuirão seu déficit fiscal em aproximadamente 3% do PIB, assim que sua economia apresente sinais confiáveis de recuperação, garantindo segurança dos investimentos chineses nos títulos do tesouro norte-americano. Em contrapartida, o secretário ressaltou a importância de flexibilização da taxa de câmbio da moeda chinesa em relação ao dólar, ampliação de gastos em programas sociais que aumentem renda da população, reforma estrutural de setores da indústria, além de maior cooperação da China em assuntos ambientais.

Leia mais
Carta da China 46

O que se pôde perceber durante a visita de Geithner foi quanto a crise mundial mudou discurso norte-americano para a China. A busca por coordenação de políticas macroeconômicas sugerida por Geithner demonstra não somente interesse norte-americano em aprofundar relacionamento estratégico com a China, mas também, necessidade de se ter a China como aliada em períodos de turbulência na economia internacional.

Energia

China e Venezuela aprofundam ainda mais parceria no setor petrolífero

Petróleos de Venezuela S.A (PDVSA) e PetroChina Company Limited estabeleceram nova *joint-venture* para exploração de petróleo em maio de 2009. A empresa chinesa terá participação de 40% no projeto. De acordo com representantes da PetroChina, serão ainda estabelecidas outra *joint-venture* para transporte de petróleo, cuja participação da

empresa será de 50%, e duas refinarias conjuntas, uma delas em Guangdong, nas quais a PetroChina será sócia majoritária com 60% das ações.

Leia mais
Carta da China 46

A parceria sino-venezuelana no setor petrolífero também inclui produção de equipamentos e produtos necessários à indústria. Também em maio de 2009, PDVSA e China National Petroleum Company (CNPC) inauguraram primeira fábrica de brocas da Venezuela. Serão produzidas na unidade, cuja PDVSA detém 60% de participação e a CNPC o restante, 24 equipamentos de perfuração de alta tecnologia ao ano. O projeto corresponde a segunda fase de convênio iniciado em 2008 com a aquisição de equipamentos de perfuração chineses, de capacidade de atingir 2,4 km de profundidade.

Os acordos estabelecidos em maio de 2009 dão continuidade à parceria petrolífera entre China e Venezuela, aprofundada com a visita do vice-presidente chinês, Xi Jinping, à Venezuela ao início de 2009 e posterior visita de Hugo Chávez à China. Grande produtora de petróleo, Venezuela busca diversificar mercado consumidor e reduzir dependência das compras norte-americanas. Já China, segundo maior consumidor mundial de petróleo, visa a garantir fornecedores estáveis e de longo prazo do produto. Em 2008, a Venezuela exportou cerca de 380 mil barris de petróleo para o país asiático.

Leia mais
Carta da China 45

Relacionamento bilateral II

China e União Europeia voltam a se reunir após crise de dezembro de 2008

Após cancelar participação na reunião de cúpula com a União Europeia em dezembro de 2008 em resposta ao encontro do presidente francês Nicholas Sarkosy com o Dalai Lama, a China adotou tom conciliador com o bloco durante a 11º. Cúpula China-União Europeia realizada em maio de 2009. A crise mundial parece ter mudado o foco dos debates, que até então eram espaço para críticas européias relacionadas às políticas chinesas de direitos humanos. Durante a 11º. Cúpula, contudo, predominaram discussões acerca do comércio entre o bloco e a China e medidas para amenizar os efeitos da crise em ambos. Foram assinados memorandos de cooperação na área de energias renováveis, desenvolvimento de pequenas e médias empresas e ciência e tecnologia.

Apesar de clima harmonioso, tensões comerciais estiveram em pauta durante a reunião. O governo chinês reclamou das medidas *antidumping* impostas contra seus produtos manufaturados, como a tarifa sobre calçados que reduziu em 15% suas exportações para a União Europeia entre 2005 e 2007. Outro pleito do primeiro-ministro Wen Jiabao foi flexibilização para exportações de produtos de alta tecnologia chineses, além do reconhecimento do país asiático como economia de mercado. Por fim, Wen se dispôs aumentar as importações européias objetivando equilibrar o relacionamento comercial.

Sistema bancário III

ICBC adquire participação majoritária em unidade canadense do Bank of East Asia

Como parte do processo de internacionalização de suas operações, Industrial and Commercial Bank of China (ICBC) anunciou compra de 70% do BEA Canadá, subsidiária canadense do Bank of East Ásia (BEA). A operação, avaliada em US$ 73 milhões, será acompanhada pela venda da participação do ICBC em *joint-venture* realizada pelos bancos em Hong Kong, a ICEA Finance Holdings Ltd. Com aquisição da participação de 75% do ICBC, no valor de US$ 48 milhões, BEA passa a ter controle completo sobre a empresa a *joint-venture* em Hong Kong.

Em setembro e outubro de 2008, ICBC abriu quatro novas agências nos Estados Unidos, Qatar, Austrália e Emirados Árabes Unidos, ampliando oferta de serviços a empresas chinesas atuando no exterior e expandindo base de clientes. Acordo entre BEA e ICBC ainda requer aprovação de autoridades chinesas e canadenses.

Leia mais
Carta da China 42

Carta da China
A Carta da China é publicada mensalmente pela secretaria executiva do Conselho Empresarial Brasil-China. Os artigos publicados não necessariamente refletem a opinião do CEBC nem de seus associados. A escolha de artigos analíticos, de matérias comentadas e de resumos de notícias é de responsabilidade da secretaria executiva do CEBC.

A Carta da China é distribuída a associados do Conselho Empresarial Brasil-China e a destinatários recomendados por associados.

Editores
Rodrigo Tavares Maciel
Vivian Alt
Zaira Lanna
Estagiários: Lara Azevedo e Thiago Scot

Atendimento ao leitor
cebc@cebc.org.br

Edições anteriores
Disponíveis para download em www.cebc.org.br

Projeto gráfico
Presto Design